

# A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA QUEDA DE UM PRESIDENTE\*

THAÍZE FERREIRA DA LUZ\*\*

## RESUMO

A eleição, depois de um longo período ditatorial, de Fernando Collor de Mello para a presidência da República representaria um significativo momento no processo de redemocratização nacional. Eleito a partir de uma forte campanha de *marketing*, na qual os meios de comunicação de massa teriam efeito vital, a administração Collor, em pouco tempo, entraria em decomposição, exercendo a mídia, mais uma vez, uma função decisiva na derrocada do presidente. O presente artigo tem por objetivo abordar, de modo introdutório, o papel da revista *Veja* no processo que culminou no *Impeachment* de Fernando Collor de Mello.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fernando Collor; *Impeachment*, imprensa, *marketing* político, mídia eletrônica

Em 1989, o Brasil teve sua primeira eleição presidencial pelo voto direto após um longo período ditatorial. A eleição de Fernando Collor de Mello foi fruto da redemocratização iniciada ainda na década de 70, representando uma "modernidade" no processo eleitoral brasileiro, com a criação de um modelo formado a partir dos meios de comunicação. O jovem presidente, utilizando-se de forte *marketing* político, principalmente através da mídia eletrônica, "venderia" uma imagem de renovação, mesmo que baseado nos tradicionais quadros políticos oligárquicos. No entanto, seus deslizes econômico-administrativos propiciaram sua derrocada diante daqueles mesmos meios de comunicação.

O período compreendido pela passagem ditatorial para a Nova República, no Brasil, ficou conhecido como "transição democrática". Aos poucos, o autoritarismo seria substituído pelo modelo democrático. Mas é importante ressaltar que o próprio período do regime militar de 1964 se intitulava uma "revolução de natureza democrática"<sup>1</sup>. Deste modo, se

---

\*Trabalho desenvolvido na disciplina História do Pensamento Político Brasileiro, sob a orientação do Prof. Francisco das Neves Alves.

\*\* Graduada no Curso de História-Licenciatura Plena – FURG.

<sup>1</sup> SADER, 1991, p. 8.

torna mais prudente afirmarmos que a passagem de um sistema de poder para o outro fica mais bem designada pela idéia de uma "transição política"<sup>2</sup>.

Ainda na década de 1970, esta redemocratização iniciou seus primeiros passos para restabelecer as eleições diretas para presidente. A "reabertura política" já havia sido anunciada em 1974 pelo presidente Ernesto Geisel. A anistia política e a suspensão da maior parte dos poderes excepcionais, que o Executivo se outorgara através dos atos adicionais, decretados sem ao menos a aprovação do Legislativo ocorreu em 1979. No final dos anos 80, o general Figueiredo fez um pronunciamento, dirigido às Forças Armadas, destacando a abertura e a volta das mesmas à tarefa exclusiva do papel original.

Foi iniciado um movimento no país onde o regime autoritário seria amplamente combatido, abarcando os mais diferentes setores da sociedade, desde o grande capital monopolista e financeiro, até o sindicalismo classista do ABC paulista. Este movimento teve êxito através da Aliança Democrática, a Nova República e a vitória no Colégio Eleitoral da chapa de Tancredo Neves e José Sarney em 1984.

Nos anos de 1987 e 1988, ocorreu uma relativa desmobilização política. O insucesso da campanha das diretas e a decepção com o Plano Cruzado, aliados à inflação e ao desgaste dos salários, fez com que a população mostrasse o novo cenário político do Brasil nas eleições para prefeito e vereadores de 1988, onde foi constatado que os partidos com maior votação foram aqueles que, de alguma maneira, inspiraram protesto e oposição ao governo de José Sarney e àqueles que se identificavam com ele.

Dessa forma, foi possível prever que o sucessor presidencial na eleição de 1989 seria o candidato que aparecesse disposto a lançar um plano de governo completamente oposto ao até então realizado. O nome de Fernando Collor de Mello, candidato pelo *Partido da Reconstrução Nacional* – PRN, ex-prefeito de Maceió e ex-governador de Alagoas, surgiu como forte candidato a essa sucessão, em razão de sua grande repercussão nos meios de comunicação devido à sua campanha contra os funcionários com altos salários na administração pública, chamados de "marajás".

Coube à mídia a função de "vender" a imagem de Fernando Collor como uma espécie de "messias", destinado a acabar com todos os males do país. Com a orientação de seu amigo Marcos Antônio Coimbra, diretor do Instituto de Pesquisas *Vox Popule*, decidiu que era necessário aparecer o máximo possível na imprensa nacional. Deste

---

<sup>2</sup> SADER, 1991, p. 8.

momento em diante, foi elaborado um programa de campanha baseado em forte *marketing* político. Tudo foi arquitetado nos mínimos detalhes, a começar pela própria escolha cuidadosa do nome do partido que Collor concorreria às eleições. O "Partido da Renovação Nacional" (PRN), em substituição ao "Partido da Juventude", deveria transmitir, ao mesmo tempo, a idéia de mudança, de renovação e da restauração de uma ordem de coisas, personalizada na figura de Collor<sup>3</sup>.

Neste contexto, a revista *Veja* realizou importante papel ao publicar várias matérias sobre Fernando Collor, ainda quando não era candidato à presidência da república, continuando a destacar em suas páginas fatos relacionados ao então presidente Collor. Contribuindo, inicialmente, para que o "Caçador de Marajás" de Alagoas se tornasse conhecido no restante do país; posteriormente, a revista trouxe a público, com exclusividade, as denúncias bombásticas de corrupção que impregnavam o governo Collor de Mello, o chamado "esquema PC", de forma que a crise moral instaurada no país não deixasse outra opção a não ser o afastamento do presidente. Será justamente neste momento que iremos centrar a análise neste trabalho.

*Veja* é uma revista semanal de informação, com modelo inspirado na revista americana *Time*, criada em 1922 por Henry Luce. É a primeira do gênero lançada no Brasil, onde imperavam, no mercado editorial, as revistas semanais ilustradas com grandes fotos e textos curtos. Dentre suas principais sessões temos: *Brasil*, que faz basicamente a cobertura das atividades políticas; *Internacional*, que trata de assuntos referentes à política mundial e a assuntos internos de outros países; *Economia e Negócios*; *Artes e Espetáculos*, que cobre cinema, televisão, literatura, teatro, exposições, etc; *Geral*, que trata de Ciência e Tecnologia, Educação, Saúde, Estilo, Moda, Comportamento, etc. Há seções como *Radar*, com notas exclusivas; *Veja essa*, onde figuram as frases mais marcantes e inusitadas da semana; *Gente*, com notas sociais; *Cartas*; outras seções de notas, como *Holofote* e *Contexto*; e *Guia*, de serviços<sup>4</sup>. Sua primeira edição ocorreu em 11 de setembro de 1968, ainda com o título de *Veja e Leia*, distribuída por todos os estados do Brasil, com o passar do tempo a expressão *Leia* desapareceu. Durante toda a década seguinte foi construído um trabalho que possibilitasse o sucesso da revista na década de 90, onde foi rompida a barreira de um milhão de exemplares. Atualmente é a maior revista do Brasil e uma das maiores revistas de informações do mundo.

A primeira matéria publicada pela revista a respeito de Fernando

---

<sup>3</sup> LATTMAN-WELTNAM, 1994, p. 7.

<sup>4</sup> Dados extraídos do site: [www.veja.com.br](http://www.veja.com.br).

Collor ocorreu em abril de 1987, quando ainda era governador do Estado de Alagoas. A entrevista intitulada "Vou acabar com os marajás" mostrava, dentre outras coisas, Fernando Collor acusando políticos de corrupção e contestando o governo de José Sarney, afirmando que iria mover suas forças para que o mandato presidencial não ultrapassasse o período de quatro anos. Ao ser questionado sobre a forma de política que vinha realizando, acusado de estar fazendo "jogo de cena", respondeu categoricamente: "Quem acha que estou blefando que pague a aposta. Sempre fui de cumprir o que prometo e sou um quê de hostilidade". Nesta época, o futuro presidente apenas cogitava a idéia de ser candidato em 1989, talvez concorrendo como vice-presidente. A partir daí, Collor deixa de ser um político conhecido apenas em Alagoas e ganha a atenção no cenário nacional. Desta forma, a revista *Veja*, assim como os demais meios de comunicação, reservou espaço para esta figura política que passava a despertar atenção da população ávida por depositar suas esperanças de um país melhor em algum "salvador da pátria".

Enquanto candidato à presidência, Fernando Collor proferia frases de impacto e fazia uso de sua imagem na mídia. Depois de eleito, em 17 de dezembro de 1989, ele manteve a mesma linha, fazendo *marketing* de sua própria imagem durante todo o período de seu mandato. Tudo ia caminhando bem até que a sua imagem de homem honesto, "Caçador de Marajás", começou a desmoronar diante da mídia. Aos poucos, a verdadeira face do presidente vinha à tona. Ainda no primeiro ano de seu governo, surgiram os primeiros boatos a respeito de denúncias de corrupção. Apesar de seus inúmeros esforços na tentativa de preservar a base de seu governo – a própria imagem –, a sua derrocada final não pode ser evitada. No 13 de maio de 1992, a revista *Veja* publicou um dossiê sobre as atividades de Paulo César Farias, O PC Farias, que havia sido o tesoureiro da campanha de Collor. No dossiê montado pelo irmão do presidente, Pedro Collor, foram feitas acusações de que PC era "testa de ferro" do presidente em vários negócios, atuando como intermediário, onde empresários eram obrigados a pagar propina em troca de terem seus negócios com o governo efetivados. Deste momento em diante, várias acusações foram apresentadas sobre a forte corrupção que impregnava o governo de Fernando Collor.

Segundo a revista, o mote central para que Pedro Collor tomasse a decisão de entregar à imprensa as acusações contra seu irmão seria a forte rivalidade existente entre os dois desde a infância, e que agora teria atingido seu limite por envolver os negócios da família (27/5/1992). Com o irmão na presidência, Pedro Collor ficou à frente dos negócios da

família, em Alagoas, nas Organizações Arnon de Mello. Em 1991, tentou fazer um novo jornal pertencente à empresa. Collor, por sua vez, teria se mostrado contrário à criação do novo jornal, e com isso a idéia foi extinta.

O motivo da negativa por parte de Fernando Collor era que ele mesmo pretendia montar em Alagoas, em 1992, uma empresa de comunicação paralela às Organizações Arnon de Mello, que contaria inclusive com uma rede de emissoras de rádio e um jornal o *Tribuna de Alagoas*, devendo supostamente pertencer a PC Farias. De início, Collor havia dito que criaria esta empresa apenas para preencher uma lacuna existente, evitando que outros grupos políticos a fizessem, mas, com o passar do tempo, a empresa adquiriu o mesmo tipo de maquinário da empresa de sua família, chegando a retirar da mesma alguns funcionários com proposta de melhores salários.

Com o orgulho ferido, Pedro Collor passou a reunir provas que pudessem provar a corrupção realizada pelo irmão, e, em sua entrevista à revista *Veja* no dia 27 de maio de 1992, disse que suas denúncias eram capazes de fazer ruir o governo do irmão e que, se Collor havia sido eleito com a intenção de denunciar a corrupção, deveria pagar por seus crimes também.

Logo após ter sido entregue o dossiê denunciando o "esquema PC", Pedro Collor foi destituído do cargo de diretor das Organizações Arnon de Mello. Várias reuniões foram feitas com Pedro na intenção de que ele parasse com seus ataques ao irmão, limitando-os a PC Farias, em troca lhe foi oferecido seu cargo de volta. Pedro não aceitou, daí em diante as denúncias cresceram e a crise virou uma grande bola de neve que só pararia quando Collor estivesse afastado do poder.

Na tentativa de preservar a imagem presidencial, foi criado um acordo nacional envolvendo situação, oposição, familiares do presidente, inclusive Pedro Collor, com a finalidade de que não fosse instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, que iria investigar até que ponto PC Farias teria vínculos com os negócios do presidente. Como mostrou *Veja* em 3 junho de 1992, o acordo deveria transformar Paulo César Farias em bode expiatório da crise, desviando a atenção do povo para ele e preservando a imagem do presidente. Desta forma, na teoria, a CPI ficou proibida de apurar fatos que envolvessem o presidente da República. O problema, e daí todo empenho por parte do governo em tentar evitar a CPI, é que, após as denúncias, ficou sendo questionado até que ponto Collor não sabia dos negócios irregulares praticados por PC Farias.

Outro agravante que acabou resultando no fracasso do "acórdão nacional" foi o de que a CPI deveria ser controlada pelo governo para

que o acordo tivesse sucesso, desta forma, os parlamentares, como destacou a revista, seriam reduzidos a "vacas de presépio", que produziram um relatório conclusivo semelhante à fraude do IPM do Riocentro (Veja 10/6/1992). A partir daí, houve a necessidade, por parte dos parlamentares, de que a CPI fosse sim realizada, e de forma alguma teria a intromissão do governo em seu relatório final.

Em 24 de junho de 1992, a revista publicou uma matéria intitulada: "A ameaça que cresce", onde os rumores a respeito do *Impeachment* de Fernando Collor estavam se tornando algo cada vez mais concreto. Em 1º de junho, a revista mostrou que o cerco ao presidente estava se fechando, os documentos analisados na CPI demonstravam o envolvimento do presidente. Segundo o político Mário Covas, não havia como o presidente fugir do indiciamento, os documentos da CPI mostravam que PC Farias agia porque o governo era seu amigo e o ajudava.

Uma série de reportagens publicadas em *Veja* mostrou o que estava sendo descoberto a respeito do envolvimento do presidente em negócios ilícitos. Cada vez mais sua imagem era destruída. Uma onda de passeatas contra o presidente exigindo seu afastamento tomou conta das ruas das principais cidades do país. Collor, demagogicamente, tentou "salvar sua pele" fazendo discursos, pedindo novamente que não o "deixassem só", expressão muito utilizada por ele em seus comícios durante a campanha eleitoral.

Em discurso a uma platéia de motoristas de táxi, em 13 de agosto de 1992, Fernando Collor convocou a Nação a manifestar-lhe apoio contra o "golpe branco"<sup>5</sup>. Pediu ao povo que saísse às ruas no domingo, 16 de agosto, enrolado na bandeira do país como forma de protesto, e que decorasse as janelas com as cores verde e amarelo. Seu pronunciamento foi retransmitido por rádio e televisão, causando grande mobilização no país. O plano de Collor fracassou, sua reputação já não era a mesma há tempos. Em sinal de protesto, as pessoas foram para as ruas vestidas de preto. No dia 25 de agosto, mais de 500 mil jovens ocuparam as ruas do Brasil para protestar, rostos coloridos, sorrisos estampados, latas de *Coca-Cola* nas mãos.

A juventude saiu às ruas em massa criticando os julgamentos intelectuais de alienação, e, com muito humor, exigia o fim da era Collor. De uma forma irreverente, sem uso de discursos políticos, a juventude usou a alegria e a música para protestar. A música eleita como hino foi *Alegria, alegria*, composição de Caetano Veloso, sucesso dos anos 60. Meninos que freqüentavam *shopping center* foram às ruas das grandes

---

<sup>5</sup> SILVA, 1996.

idades com suas faces pintadas de verde amarelo – "os caras-pintadas" – ridicularizando os corruptos com os slogans "*Rosane, que coisa feia, vai com Collor pra cadeia*" e "*PC, PC, vai pra cadeia e leva o Collor com você*"<sup>6</sup>. Diante do acúmulo de evidências, foi entregue, em 1º de setembro de 1992, à Câmara Federal, o pedido de *impeachment* do presidente.

No auge da crise, a edição do dia 30 de setembro de 1992 de *Veja* foi exclusivamente dedicada à figura de Collor, trazendo os principais fatos que marcaram a carreira do presidente desde a primeira vez que foi notícia na revista em 1987. Dentre elas, podemos destacar uma matéria sobre as várias faces adotadas pelo presidente durante seu mandato. No primeiro encontro com George Bush (o pai), na Casa Branca, o presidente americano, impressionado com o que comentavam a respeito dele, comparou-o a Indiana Jones. Dentre os personagens assumidos pelo presidente apontados pela revista, podemos ainda destacar: o *Argonauta* (figura 1), pilotando seu *jet-ski*, brinquedo preferido do presidente, destaca a melhor síntese de seu governo. No começo, cultuado nas exposições dominicais no Lago Paranoá, virou símbolo da República. Após a descoberta de que o ministro Ricardo Fiúza ganhou um deles da empreiteira baiana OAS, tornou-se um símbolo da corrupção; o *Karate Kid* (figura 2): sua pose favorita, onde prometeu matar a inflação com um *ippon*, acabou em maus lençóis após a confusão com PC, não convenceu nem os colegas do caratê que suspeitaram de sua faixa preta e queriam cassá-la; *Intellectual* (figura 3): em setembro de 1990, o presidente acrobata achou que era o momento de somar algum traço de cultura à sua imagem. Chegava ao Planalto carregando livros de filosofia. Suspeita-se de que não os lia.

Durante todo o processo de julgamento do *Impeachment*, o presidente Fernando Collor mostrou-se confiante de que seria absolvido de suas acusações e que retornaria para completar seu mandato. No dia 6/12/1992, a revista publicou a transcrição dos principais pontos levantados por Collor em sua entrevista à TV Globo, em que negava a possibilidade de fuga para a França, dizendo que "*isto faz parte do rol de boatos que circulam toda a semana*". Também confirmou que não pretendia renunciar antes do julgamento no Senado, mesmo sob o risco de ficar inelegível por oito anos. Em 29/12/1992, Collor foi condenado pelo Senado após 932 dias de governo e 88 dias afastado do cargo. Durante o processo de *Impeachment*, 32 pessoas foram indiciadas por corrupção, e outras 300 foram chamadas para prestar contas na polícia sobre denúncias de roubo no governo. Somente o esquema PC

---

<sup>6</sup> SILVA, 1996, p. 145.

Farias movimentou cerca de 1 bilhão de dólares.

Os constantes adiamentos do julgamento, obtidos graças a manobras jurídicas dos advogados de defesa de Collor e contando com certa condescendência dos parlamentares, interessados em obter notoriedade, significaram apenas uma breve sobrevida do cadáver já em decomposição, culminando com a inevitável "renúncia" de Collor, tentando, sem sorte, evitar a cassação de seus direitos políticos. Repetindo a tradição janista dos "bilhetinhos", Collor (quem sabe com o mesmo delirante sonho de Jânio Quadros de retornar "nos braços do povo") mandava divulgar junto ao parlamento seu pedido de renúncia. Na manhã do julgamento, ele ligou para seu advogado Moura Rocha e entregou-lhe uma carta. Deu a orientação de que ele deveria abri-la, caso o presidente do Supremo Tribunal Federal, Sydney Sanches, mantivesse o julgamento. Como isso ocorreu, o advogado entregou a carta que deveria ser lida no Senado. Manuscrita numa folha de papel timbrado com o nome do presidente afastado, a carta, com apenas 37 palavras, em quatro linhas, repetia termos usados por Jânio Quadros, o segundo presidente a renunciar na história do Brasil, em seu bilhete de renúncia em agosto de 1961. A carta continha as seguintes palavras:

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que, nesta data, e por este instrumento, renuncio ao mandato de Presidente da República, para o qual fui eleito nos pleitos de 15 de novembro e 17 de dezembro de 1989. (Veja, 6 jan. 1993, p. 25).

Foi possível observar que a ausência de uma base política bem estruturada no governo Collor de Mello, aliado às denúncias de corrupção atribuídas por seu irmão Pedro Collor, resultaram no afastamento do presidente, que sofreu o processo de *Impeachment*. O primeiro presidente eleito pelo voto direto no restabelecimento da democracia no País acabou sendo vítima da mesma democracia e, principalmente, dos meios de comunicação, responsáveis pelo sucesso de sua candidatura. A revista *Veja*, importante veículo de informações do Brasil, teve a chance de revelar para a população um dossiê com denúncias capazes de destruir a credibilidade e, como ocorreu, afastar o governo Collor. E assim o fez, mesmo correndo o risco de ter que se redimir perante a sociedade caso as denúncias fossem falsas. Durante toda a trajetória política do Brasil, ainda nos tempos do Império, o uso da imprensa para sustentar, ou não, governos sempre esteve presente. A queda de Fernando Collor de Mello é um exemplo claro de que mais uma vez este artifício foi utilizado, deixando evidente que os meios de comunicação de massa constituem-se no quarto poder do Estado e, quem sabe, em

alguns casos, até mesmo no primeiro.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FAUSTO NETO, Antônio. Televisão e política. Comunicação ano zero. *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro: CEBELA, v. 11, p. 7-27, 1990.

LATTMAN- WELTNAM, Fernando et al. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LIMA, Aloísio da França Rocha. Comunicação ano zero. *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro: CEBELA, v. 11, p. 29-54, 1990.

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. *História da televisão brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. Jornalismo e política. *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro: CEBELA, v. 16, p. 105-111, 1990.

SADER, Emir Simão. *A transição no Brasil*. São Paulo: Atual, 1991.

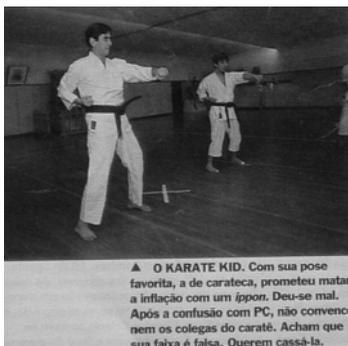
SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

VEJA. maio-dez. 1992 Site: [www.veja.com.br](http://www.veja.com.br)



▲ O ARGONAUTA. O jet-skí, brinquedo preferido de Collor, é vendido a melhor preço do seu gênero. No começo, confundiu sua estampa identificada do presidente na Lagoa Paranaíba, virou símbolo da República. Depois, quando se descobriu que o ministro Ricardo Ferra a gabava em foto do empreiteiro Isidoro D'Ás, tornou-se um símbolo de corrupção.

Figura – 1 (Veja, 30 set. 1992)



▲ O KARATE KID. Com sua pose favorita, a de carateca, prometeu matar a inflação com um ippon. Deus mal. Após a confusão com PC, não convenceu nem os colegas do karatê. Achem que sua faixa é falsa. Querem cassá-la.

Figura – 2 (Veja, 30 set. 1992)



▲ O INTELLECTUAL. Em setembro de 1990, o presidente acrobata achou que era hora de incorporar algum traço de cultura à sua imagem. Chegava ao Planalto carregando livros de filosofia. Suspeita-se de que não os lia.

Figura – 3 (Veja, 30 set. 1992)

